

Terça-feira, dia 29 de Maio de 2012

Seminário discute o piso e a carreira

Com quatro anos de existência, o Piso Nacional do Magistério não é pago em diversos municípios do Estado. O Sintego continua, durante esta semana, a enviar ofício aos prefeitos goianos solicitando audiência para discutir o cumprimento da Lei 11.738/08 nas redes municipais de ensino. Nos últimos dias, 19 prefeituras foram contactadas e receberam, além da decisão do Supremo Tribunal Federal que reconhece a constitucionalidade da Lei do Piso, o pedido da cópia da folha de pagamento dos trabalhadores da educação referente a abril deste ano.

De acordo com a presidenta do Sintego, Iêda Leal, o objetivo é se reunir com todos os prefeitos goianos que ainda não pagam o piso nacional aos seus professores e garantir que a lei seja cumprida. "O piso é inegociável. A audiência que solicitamos é uma ação administrativa que não exclui outras medidas, caso não haja compreensão por parte dos gestores de que o cumprimento da lei é uma obrigação. Vamos acionar a justiça e vamos divulgar quem são os prefeitos inimigos da educação", revela.

Prefeitos contactados

Abelardo Vaz Filho (Inhumas); Luiz Antonio Stival (Nova Veneza);

Américo Ozório (Damolândia); Adair Divino (Araçu); Wellington José (Taquaral de Goiás); Lindomar Gomes (Santa Rosa de Goiás); Rubens Silvério (Aragoiânia); José Lima (Hidrolândia); Francisco Floriano (Caldazinha); Túlio Sérgio (Senador Canedo); Eurípedes José (Bela Vista de Goiás); Iris Aurélio (Cristianópolis); Antônio Vieira (Cromínia); Ademir Antônio (Mairipotaba); Ricardo Fortunato (Trindade); Roberto José (Campestre de Goiás); Agmon Leite (Avelinópolis); Jeová Leite (Goianópolis), e Uilton Pereira (Terezópolis de Goiás).

Seminário

Para discutir as barreiras à implementação completa dessa legislação, a CNTE promoveu na última quinta, dia

24, o seminário "As implicações do piso salarial nacional do magistério na carreira profissional: atualização do debate".

O evento abordou a atuação do Legislativo em defesa da valorização da carreira. A deputada federal Fátima Bezerra (PT-RN), presidenta da Frente Parlamentar em Defesa do Piso do Magistério Público da Educação Básica, participou da discussão. Ela salientou o esforço para não deixar que o projeto de lei que muda o critério de reajuste do piso para o INPC fosse à frente.

"Conseguimos segurar o reajuste de 22,22% para o ano de 2012. Se o projeto do INPC tivesse passado, só para se ter uma ideia do tamanho do prejuízo, o reajuste teria caído para abaixo de 6%. O fato é que o parecer terminativo aprovado na Comissão de Finanças, por pressão dos Governadores e dos Prefeitos, nos levou a liderar na Câmara dos Deputados um recurso que foi decisivo para sustar essa decisão", afirmou.

De acordo com as informações mais recentes repassadas pelos sindicatos filiados à CNTE, 13 unidades da Federação ainda não pagam o piso conforme determina a lei, que este ano foi fixado pelo MEC em R\$ 1.451. Vários municípios também descumprem a legislação, mantendo vencimentos abaixo deste valor, sob a justificativa de que não tem recursos suficientes para pagar a folha do magistério.

Segundo o presidente da Confederação, Roberto Franklin de Leão, a Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor no último dia 16 de maio, será mais uma ferramenta de pressão, para mostrar se os prefeitos realmente não têm recursos ou estão apenas administrando mal suas contas. "A maioria dos municípios e estados não gosta de dizer qual é a configuração da folha de pagamentos, como é gasto aquilo que é, por lei, destinado à educação. Então essa lei é mais uma arma que nos temos. Estamos orientan-

do os sindicatos para que comecem a pedir oficialmente aquilo que precisam para poder fazer as suas contas. Então eles vão chegar à conclusão, após a análise, de que os prefeitos, de que os governos, podem pagar o piso se fizerem a lição de casa direito", pontua.

Subsídios

No seminário também foram apresentadas boas experiências de implementação da Lei do Piso, a exemplo de Mato Grosso, onde a política remuneratória de subsídio garante que os profissionais de ensino recebam efetivamente o valor definido pelo MEC.

Em algumas unidades da Federação, os governos estaduais pagam vencimentos básicos abaixo do piso e utilizam gratificações e outros bônus para completar o valor até R\$ 1.451. Uma prática que desvaloriza a carreira e prejudica os docentes no momento da aposentadoria. Na política remuneratória de subsídio, há uma parcela única de salário, não sendo permitido acréscimo de qualquer outra gratificação.

Este é o caso de Goiás. O governo do Estado usou a Lei do Piso para rasgar o Plano de Carreira e incorporar a titularidade ao vencimento dos professores e fingir que está cumprindo a lei.

O Sintego acionou a justiça com uma Ação Civil Pública questionando a constitucionalidade das leis estaduais 17.508/11 e 17.557/12 e exigindo a suspensão das mesmas. Está ainda ajuizando ações individuais, tanto para professores aposentados, quanto os da ativa, para reverter a situação e reaver a titularidade.

"Tentamos de todas as formas, administrativamente, reaver a nossa titularidade, mas a intransigência falou mais alto, então, nos restou o Poder Judiciário e confiamos na justiça para restabelecer o nosso direito", informa Iêda Leal.

Com informações da CNTE

Marcha nacional em setembro cobrará respeito ao piso

Uma paralisação nacional de 24 horas vai acontecer durante a Semana da Pátria, quando cerca de cinco mil trabalhadores vão marchar em Brasília por uma educação de qualidade. A mobilização foi definida hoje (25) durante da reunião do Conselho Nacional de Entidades, a primeira a ser realizada após a greve nacional promovida nos dias 14, 15 e 16 de março.

Durante o debate, chegou-se ao consenso de que, apesar do piso nacional dos professores estar na pauta da sociedade, a área educacional ainda não é tratada como prioridade. A Secretaria Geral da CNTE, Marta Vanelli, afirmou isso pode ser sentido na resistência dos prefeitos e governadores em pagar o piso, que tem ocasionado greves mais duras do

que no ano passado. "Estamos lutando com os gestores independente dos partidos", afirmou. "No primeiro semestre tivemos uma luta acirrada. Embora haja poucos estados em greve agora (Bahia, Sergipe, Piauí), são greves emblemáticas, porque revelam a incompreensão sobre a lei do piso", salientou o presidente da CNTE, Roberto Leão.

A manifestação que será promovida no dia 5 de setembro tem como objetivo justamente reforçar a luta pela implementação completa da Lei do Piso. Além disso, os trabalhadores vão destacar a importância de se investir 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na Educação. A marcha será precedida de uma vigília na Praça dos Três Poderes.

Expediente

Sec. de Imprensa e Divulgação: Ugo Giannotti .
Jornalista: Nara Serra .
Diagramação: Luciana Quixabeira

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE ESTAS NOTÍCIAS PODEM SER ACESSADAS NO SITE DO SINDICATO

www.sintego.org.br

Reunião nas escolas



O secretário de Imprensa e Divulgação do Sintego, Ugo Giannotti, e a secretária para Assuntos Educacionais e Culturais, Teresinha Barbosa Bernardes, têm feito reuniões nas escolas da rede municipal de Goiânia para discutir as mudanças no Estatuto e no Plano de Carreira do Magistério Municipal. Ambos integram o Grupo de Estudos que está discutindo as propostas para melhorar as condições de trabalho e a valorização dos professores de Goiânia.



Sede: Rua 236, nº 230, St. Coimbra, Goiânia - GO. CEP 74535-030/Fone: (62) 3291.8383, Fax: (62) 3291.8820

Hospedagem: Rua 83-A nº 58, St. Sul, Goiânia - GO. CEP 74083-030, Fone/Fax: (62) 3223.9651

Sítio: www.sintego.org.br E-mail: imprensa@sintego.org.br

filiado à

CNTE **FUT** BRASIL